



**PRIMEIRA JORNADA DE PESQUISA EM
PSICANÁLISE E FENOMENOLOGIA**

ORGANIZAÇÃO

TÂNIA MARIA JOSÉ AIELLO VAISBERG

VERA ENGLER CURY

COMISSÃO CIENTÍFICA

MARIA CHRISTINA LOUSADA MACHADO

TANIA MARA MARQUES GRANATO

TANIA MARIA JOSÉ AIELLO VAISBERG

VERA ENGLER CURY

2007

**IMAGINÁRIO DE PROFESSORES SOBRE INCLUSÃO ESCOLAR: O
USO DE DESENHOS-ESTÓRIAS EM CONSULTAS TERAPÊUTICAS
COLETIVAS**

Camila Ferreira de Avila

Tânia Maria José Aiello Vaisberg

Resumo - A exclusão social tem ganhado destaque nos meios científicos, que buscam tanto compreender este fenômeno como contribuir com a inclusão de minorias nas mais diversas áreas. Especificamente a inclusão escolar tem sido tema freqüente nestas discussões. Embora a ciência tenha evoluído em áreas como a genética, sociologia, psicologia e antropologia e cada vez mais a população tem acesso a informações relativas às pessoas com necessidades especiais, a sociedade de uma forma geral ainda tem dificuldades em lidar com as diferenças. Dentro de uma perspectiva psicanalítica, este trabalho tem como objetivo acessar dimensões afetivo-emocionais do imaginário coletivo sobre a inclusão escolar, tendo em vista apreender o substrato emocional não-consciente num conjunto de esforços de produção de conhecimentos que possam orientar o planejamento de ações psicoprofiláticas no contexto pedagógico.

Desde o século passado movimentos sociais lutam contra práticas discriminatórias que impossibilitam a inclusão de todos em condições de dignidade humana. Uma demonstração vergonhosa para o ser

humano sobre o racismo ocorreu em pleno século XX, a partir de 1948 na África do Sul, quando o *apartheid* manteve a população africana sob o domínio de um povo de origem europeia. Este regime político racista acabou quando, por pressão mundial, foram convocadas as primeiras eleições para um governo multirracial de transição, em abril de 1994. Outro triste episódio que entraria para a história mundial como uma das maiores demonstrações de intolerância e racismo tem seu início em 1933, quando Adolf Hitler chega ao poder na Alemanha sendo eleito como primeiro ministro. Nacionalista, defende o racismo e a superioridade da raça ariana, dedicando-se ao extermínio sistemático de judeus por meio da deportação para guetos ou campos de concentração. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, estando a Alemanha entre os países perdedores, é criado um tribunal internacional formado por países como União Soviética, França e Inglaterra para julgar os crimes cometidos pelos nazistas (Wikipédia, 2007). O avanço da ciência em áreas como a sociologia, antropologia e a genética derrubam por terra qualquer possibilidade de supremacia de raças e culminam com a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Essa declaração foi adotada pela ONU em 1948. A partir de então, outros tantos movimentos contra a exclusão social culminam em documentos como: a Declaração de Salamanca, o Processo de Bolonha, a Declaração Universal dos Direitos da Criança, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e outros.

Entretanto, ainda subsistem marcadas dificuldades, no registro da prática, quando temos que lidar com as diferenças humanas na nossa vida diária. Estejam estas diferenças ligadas à cor, raça, credo religioso, sexualidade ou às deficiências como um todo. O diferente desperta sentimentos de dó, medo e compaixão, mas, também, sentimentos de rejeição e até mesmo comportamentos ativos de exclusão. Quem nunca se referiu a alguém designando-o como “um Down” ou “um cego”?

Muitas vezes são usados termos como: fanho, surdo-mudo, manco, retardado, *debilóide* e tantos outros...

Durante grande parte da história humana, a sociedade mostrou-se amplamente seletiva e preconceituosa. Assim, indivíduos com “deficiência” ou com “diferenças significativas” do considerado “normal” tem sido alvo de práticas sociais hostis e rejeitadoras (PESSOTI, 1984). No meio educacional em particular, essa segregação foi e ainda é intensa, apesar de toda evolução cultural, científica e legislativa. A inclusão escolar, ainda hoje, gera muitas discussões e o atendimento educacional a indivíduos portadores de necessidades especiais, realizado em escolas regulares, deixa muito a desejar.

Apesar de ser relativamente recente a ampla utilização do termo inclusão, referindo-se especificamente à problemática das pessoas com deficiências, a história da luta por essa conquista é, ao que tudo indica, bastante antiga. Utilizamos o termo luta para referirmo-nos à inclusão, pois consideramos que verdadeiras batalhas são travadas no dia a dia por todos aqueles que sentem excluídos e por aqueles que, por diferentes motivos, estão profundamente convencidos de que a inclusão dos diferentes representa um passo no sentido do amadurecimento ético de todos. Não nos deteremos neste percurso histórico, que tem sido tratado por outros autores, para focalizar o período histórico mais recente. Aqui, é importante lembrar que no século passado começam a aparecer movimentos sociais cobrando uma sociedade mais justa e mais igualitária, não somente em relação aos deficientes, mas também em relação a todas as minorias excluídas, como as mulheres, os negros, os homossexuais, e as minorias raciais e religiosas de uma forma geral. Dá-se início, então, a uma busca pela igualdade entre todas as pessoas, sem distinção quanto à sua raça, classe social ou qualquer tipo de deficiência. Em relação aos portadores de deficiência esta busca toma corpo e se estrutura melhor no documento denominado “Declaração de

Salamanca”, que não só popularizou a luta destes excluídos em particular, como também propôs ações que interferiram e transformaram completamente a história dos portadores de necessidades especiais.

A Declaração de Salamanca foi resultante da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em junho de 1994, na Espanha – cidade de Salamanca, sob o patrocínio da UNESCO e do governo da Espanha (FÁVERO, 2004). Após a elaboração do documento, uma nova era é iniciada, caracterizando-se como reconhecimento da necessidade de conscientização social sobre as diferenças e da importância da educação inclusiva. Agora, aproximadamente dez anos depois, entramos na chamada era da ação.

Entretanto, uma avaliação das conquistas efetivamente alcançadas na última década, durante a qual muitas campanhas contra a exclusão social dos deficientes foram realizadas, durante a qual o discurso da inclusão ganhou adeptos e parece cada vez melhor compreendido, demonstra que práticas verdadeiramente inclusivas, principalmente no âmbito escolar, dificilmente são adotadas de modo pleno, firme e duradouro. Este fenômeno, aparentemente contraditório, que aponta para uma dissociação entre o que é pensado e o que é efetivamente praticado, pode ser compreendido quando nos posicionamos teoricamente a partir do referencial psicanalítico, que admite que o ser humano é movido por motivações contraditórias. Deste modo, explica-se que o esclarecimento que conduz a uma vida mais ética nem sempre se traduz sob a forma de atos maduros, solidários e dignos (Aiello-Vaisberg, 2006).

A antropologia subjacente à Psicanálise concebe o homem como ser animado por motivações afetivo-emocionais nem sempre conscientes. Deste modo, abre perspectivas para a compreensão de porque qualquer

pessoa pode, pontual ou duradouramente, adotar condutas não racionais. Tal compreensão torna-se preciosa quando estamos empenhados na modificação de condutas, porque alerta para o fato de que não basta preconizar a adoção de condutas não discriminatórias se não cuidarmos da dimensão afetivo-emocional subjacente às práticas existentes, por meio de atenção psicológica clínica.

Segundo Bleger (1963/1984) a psicologia clínica não assinala um campo, e sim um método, que se caracteriza por um contato direto e pessoal do investigador com a pessoa estudada, contato que pode se estender aos membros principais do seu meio. É completa: “...a psicologia clínica é sempre o campo e o método mais direto e apropriado de acesso à conduta dos seres humanos e sua personalidade” (p. 169). A psicanálise é uma perspectiva analítica que concebida como um método, não exige adesão específica a qualquer escola, seja quem for seu líder – Freud, Melaine Klein, Lacan.

Quando falamos em pesquisa qualitativa, várias críticas são levantadas. Muitos pesquisadores julgam a pesquisa qualitativa como uma pesquisa pouco rigorosa ou de má qualidade. Este fato está relacionado ao fato do positivismo ter alcançado uma posição hegemônica no processo de produção de conhecimento no mundo ocidental moderno:

“O uso do termo qualitativo, como o de qualquer categoria do pensamento, não coincide, em seu sentido semântico, com a complexa realidade que se pretende abranger em sua definição. O qualitativo, como conceito alternativo às formas de quantificação que tem predominado no desenvolvimento das ciências sociais e, de forma particular, na psicologia, constitui via de acesso a dimensões do objeto inacessíveis ao uso que em nossa ciência se tem feito do quantitativo” (GONZALEZ REY, 2002, pág.01).

BLEGER (1963/1984) lembra que: “...os seres humanos estudados em Psicologia, seja de forma individual ou grupal, devem sê-lo sempre em função e em relação estreita com o contexto real de todos os fatores

concretos que configuram a situação...” (pág.36). Depois completa: ... a psicologia tradicional ainda comete erros a este respeito, utilizando abstrações generalizadoras para explicar condutas ou acontecimentos concretos, de forma totalmente desvinculada da situação. Todo campo⁴ e toda situação são sempre originais e únicos, no sentido de que não se repetem jamais, totalmente da mesma maneira. Em relação a este campo, o pesquisador é não apenas observador, mas ator, que participa e afeta o fenômeno que estuda. (NEVES,1996) Sendo assim, deixa de fazer sentido a adoção do paradigma positivista, quantitativo e objetivante, que pensa o conhecimento fundamentalmente como mensuração.

Adotando, portanto, a pesquisa qualitativa como forma de investigação na clínica psicanalítica, o procedimento de Desenhos-Estórias com Tema foi escolhido como recurso mediador capaz de facilitar a comunicação emocional de indivíduos e coletivos humanos. O procedimento de Desenhos-Estórias foi introduzido por TRINCA (1972). Segundo seu criador, não é um teste psicológico, e sim uma meio auxiliar de conduzir o psicodiagnóstico, ocupando uma posição intermediária entre os testes projetivos gráficos e temáticos e as entrevistas semi e não estruturadas.

“A técnica de aplicação é bastante simples, baseando-se num convite que se faz ao examinando de ir se aprofundando em sua vida psíquica, especialmente por meio de desenhos e associações verbais. Solicita-se que ele realize seguidamente uma série de cinco desenhos livres (cromáticos ou acromáticos), cada qual sendo estímulo para que conte uma estória, associada livremente logo após a realização de cada desenho. Tendo concluído cada par desenho-estória, o examinando segue fornecendo esclarecimentos (fase de "inquérito") e o título. Destina-se a sujeitos de ambos os sexos, que podem pertencer a quaisquer níveis mental, sócio-econômico e cultural. De início, pensava-se que a aplicação deveria se circunscrever a sujeitos de cinco a quinze anos de idade.

Posteriormente, verificou-se que a faixa etária poderia ser estendida a crianças de três e quatro anos, bem como a adultos de todas as idades” (TRINCA, 1972).

Este procedimento remete-nos em grande parte ao enquadre tradicional da clínica psicanalítica. Por outro lado, a visão da psicanálise enquanto método, que exige a submissão a qualquer teoria em particular, dá uma maior flexibilidade ao abandono do dispositivo padrão em favor de novos enquadres diferenciados, que se tem revelado produtivos tanto na clínica psicanalítica (em atendimento individual ou em grupo), como na pesquisa-intervenção e na clínica social (AIELLO VAISBERG, 2005). Segundo BLEGER (1963/1984) “não se pode chegar a uma ciência do homem sem o homem. Sem o homem estudado e sem o homem que estuda” (p.169).

A partir desta perspectiva, há mais ou menos dez anos atrás, um trabalho de pesquisa-intervenção na clínica social realizado no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, inicialmente conhecido como psicanálise das representações sociais, deu origem ao conhecido hoje como consultas terapêuticas coletivas. Caracteriza-se pelo uso de procedimentos apresentativo-expressivos, a partir dos quais se constitui um enquadre especial de trabalho. Este enquadre especial e diferenciado apresenta feições visivelmente lúdicas, conceituadas como transicionais à luz das contribuições winnicottianas relativas ao brincar (AIELLO VAISBERG, 2005). Trata-se de uma prática clínica que articula a pesquisa do imaginário social ao uso do método psicanalítico, que, a nossa ver, se realiza a partir da adoção de uma atitude fenomenológica suspensiva, numa valorização da experiência emocional grupal e da possibilidade de elaboração vivencial, em contextos psicoprofiláticos, pedagógicos e institucionais. Permitindo que se leve em consideração o substrato afetivo-emocional não consciente, configura-se como prática psicológica clínica que pode favorecer a

transformação de condutas preconceituosas, levando a um aumento do respeito e da solidariedade.

De fato, são freqüentes, no campo da psicologia social da exclusão, estudos mostram a necessidade de ultrapassar uma articulação meramente sociocognitiva em busca do estudo das dimensões afetivo-emocionais do imaginário coletivo. Se estamos interessados em mudanças de vida na vida de indivíduos e coletivos humanos, devemos levar muito a sério o imaginário coletivo, ultrapassando assim a abordagem exclusiva do fenômeno no plano da opinião ou da percepção consciente (AIELLO VAISBERG, 2006).

De acordo com BLEGER (1963/1984), todos os fenômenos humanos são manifestações ou condutas, que se podem expressar de modo simbólico, corporal ou gestual, em âmbitos individuais ou coletivos. A imaginação coletiva, que se tece ao redor da figura dos excluídos, pode ser perfeitamente tomada como fenômeno que merece atenção teórico-clínica, legitimando a proposição de enquadres clínicos de trabalho que facilitem sua expressão e transformação. Dentro desta perspectiva pode-se citar vários trabalhos de pesquisa como: AIELLO-VAISBERG (2005a), AIELLO-VAISBERG (2005b), AVILA e AIELLO-VAISBERG (2005), AIELLO-VAISBERG (1999), AIELLO-VAISBERG (1995) E AIELLO-VAISBERG (1994).

Na presente pesquisa, faremos uso do Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema (Aiello-Vaisberg,1999) como mediador dialógico com grupos de professores de escolas municipais e particulares de educação básica do município de Barretos, durante horas de trabalho pedagógico (HTPs). Deste modo, o pesquisador solicitará a realização do desenho de “um aluno problema” e a invenção de uma história sobre a figura desenhada. Finda a tarefa, abriu um espaço cultural intermediário

(Sirota, 1998), tendo em vista favorecer conversas grupais que permitam uma elaboração reflexiva da experiência vivida.

Após a realização de cada consulta terapêutica coletiva, a pesquisadora procederá à elaboração de narrativas psicanalíticas tendo em vista criar um “*corpus*” textual que será posteriormente psicanaliticamente examinado em conjunto com os desenhos-estórias produzidos pelos professores. O trabalho de confecção das narrativas será realizado a partir da adoção da atitude fenomenológica que subjaz à atenção flutuante e à associação livre. Assim sendo, a pesquisadora buscará tanto recordar o acontecido durante as consultas terapêuticas coletivas, como registrar suas próprias reações contratransferenciais, emergentes tanto durante o encontro como durante o trabalho narrativo, na consideração metodológica de que a seleção do que é psicologicamente importante far-se-á pela via de impactos emocionais vividos pelo pesquisador clínico.

Narrativas e desenhos-estórias serão, a seguir, examinados psicanaliticamente, tendo em vista acessar os campos psicológico-vivenciais segundo os quais se organiza o imaginário coletivo. Usaremos, como guia, o detalhamento metodológico recomendado por Herrmann (1979), que se expressa por meio das seguintes recomendações: “deixar que surja”, “tomar em consideração” e “completar a configuração”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIELLO-VAISBERG, T.M.J. Dupla prevenção: abordagem psicanalítica do imaginário de adolescentes sobre álcool e droga: subsídios para o desenvolvimento de práticas psicoprofiláticas de combate à drogadição e ao preconceito contra drogaditos e ex-drogaditos. **Disponível na**

World

Wide

Web:

[\[http://www.serefazer.com.br/site/public/adl_prj_dp_prev.htm\]](http://www.serefazer.com.br/site/public/adl_prj_dp_prev.htm).

AIELLO-VAISBERG, T.M.J. Consultas terapêuticas coletivas e abordagem psicanalítica do imaginário social. In: T.M.J. AIELLO-VAISBERG, F.F. AMBRÓSIO. **Cadernos Ser e Fazer: reflexões éticas na clínica contemporânea**. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 27-44, 2005.

AIELLO-VAISBERG, T.M.J. Encontro com a loucura: transicionalidade e ensino de psicopatologia. **Tese de Livre Docência**, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1999. www.teses.usp.br

AIELLO-VAISBERG, T.M.J. O uso de procedimentos projetivos na pesquisa de representações sociais. **Psicologia – USP**, **6 (2)**, 103-127, 1995.

AIELLO-VAISBERG, T.M.J. Representações sociais de portadores de deficiências. **Boletim de Psicologia**, **100**, 55-60, 1994.

AIELLO-VAISBERG, T.M.J. Sofrimento humano e exclusão social: pesquisa de enquadres diferenciados para abordagem psicanalítica preventiva de condutas preconceituosas no Brasil e na França. **Projeto Temático para Orientação de Iniciações Científicas, Mestrados e Doutorados do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas**, 2005. (mimeo)

AVILA, C. F.; AIELLO-VAISBERG. Medo e/ou compaixão: Pesquisa-intervenção psicanalítica sobre o imaginário de estudantes de enfermagem sobre a loucura. **Anais do IX Encontro de Pesquisadores / II Simpósio de Trabalhos de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas**. Campinas- SP, 2005, p.99.

BLEGER, J. **Psicologia da conduta**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

FAVERO, Eugênia. **Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade**. Rio de Janeiro: WVA, 2004.

GOZÁLEZ REY, F. L. **Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. **Cadernos de Pesquisas em Administração**. São Paulo, v.1, n.º3, 2º.SEM./1996.

PESSOTI, Isaias. **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: EDUSP, 1984.

SCHWARTZMAN, José Salomão e cols. **Síndrome de Down**. São Paulo: Memnon, 1999.

SIROTA, André. Des espaces culturels intermédiaires. In J.Barus-Michel e F. Giust-Desprairies **La scène sociale: crise, mutation, émergence**. Paris, Eska, 1998.

TRINCA, Walter. **O desenho livre como estímulo de apercepção temática**. Tese de Doutorado. São Paulo: Instituto de Psicologia da USP, 108 pp., 1972.

WIKIPÉDIA – Enciclopédia Livre. **Disponível na World Wide Web:**
[<http://www.wikipedia.org/wiki/Racismo>]. Acesso em 07/01/2007.